



# EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

February 2024 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	HR	IT	LV	LT	HU	MT	NL
PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV									

## EDITORIAL



## Editorial

As próximas eleições europeias são cruciais para a UE, que luta contra o euroceticismo e o alarmismo da extrema-direita. As eleições moldarão o panorama político da UE e definirão um papel ativo e participativo para os cidadãos e as organizações da sociedade civil.

Neste contexto, de 4 a 7 de março de 2024, o CESE, a casa da sociedade civil organizada, celebrará a sua primeira «Semana da Sociedade Civil: Lutar pela democracia!».

Este evento reunirá pessoas de todas as idades e origens, incluindo jovens, jornalistas de todos os Estados-Membros da UE, representantes de organizações da sociedade civil, partes interessadas e instituições da UE, que participarão em debates animados, destacando o contributo da sociedade civil para as questões sociais, políticas e económicas que afetam a nossa vida quotidiana.

Dado que a democracia começa com a participação, este novo evento emblemático do CESE combinará cinco grandes iniciativas:

- Jornadas da Sociedade Civil, em que as pessoas expressarão as suas expectativas sobre assuntos fundamentais para as nossas democracias;
- Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE), o encontro anual de alto nível para os futuros organizadores de ICE, durante o qual se define o próximo objetivo legislativo;
- «A tua Europa, a tua voz», um evento único para a juventude, com vista a aproximá-la da UE, e no qual participam jovens de todos os Estados-Membros e de outros países, designadamente dos países candidatos à adesão à UE e do Reino Unido;
- Prémio para a Sociedade Civil, que recompensa projetos criativos e inovadores sem fins lucrativos que apoiem pessoas com problemas de saúde mental;
- e, por último, mas igualmente importante, o Seminário de Jornalistas, que reunirá jornalistas de todos os Estados-Membros da UE, que assistirão em primeira mão às atividades do Comité, relatando-as aos seus países.

A nossa Semana da Sociedade Civil será uma plataforma oportuna para a sociedade civil organizada e os cidadãos se pronunciarem sobre questões fundamentais para a nova legislatura europeia. Mais importante ainda, promoverá a participação dos eleitores e uma atitude pró-europeia.

Os contributos resultantes da Semana da Sociedade Civil e dos seus participantes serão integrados numa resolução que apresentará as mensagens principais da sociedade civil para uma Europa mais democrática, tendo em vista as eleições europeias.

Convido-vos a unirem-se aos nossos esforços nesta importante iniciativa, participando nos nossos debates e incentivando os cidadãos e as associações a participarem nas eleições europeias. Não percam esta oportunidade! A UE necessita que os seus cidadãos se expressem e digam «presente».

**Aurel Laurențiu Plosceanu**

**Vice-presidente responsável pela Comunicação**

# AGENDA

20 de fevereiro de 2024

[Conferência sobre «A crise da habitação na Europa - O rumo a seguir»](#)

23 de fevereiro de 2024

[«Conheça os campeões da excelência»](#)

4 a 7 de março de 2024

[Semana da Sociedade Civil](#)

8 de março de 2024

[Doenças raras na UE: ação conjunta para moldar o futuro das redes europeias de referência](#)

14 de março de 2024

[Tutela jurisdicional efetiva e acesso à justiça](#)

20 e 21 de março de 2024

**Reunião plenária do CESE**



## DIRETO AO ASSUNTO

O nosso escritor convidado é **Pietro Vittorio Barbieri**, membro do **CESE**, que partilhou os seus pontos de vista sobre a importância do diálogo civil e de garantir que este tem um lugar adequado na agenda europeia.

# DIÁLOGO CIVIL: CHEGOU O MOMENTO DE APLICAR O ARTIGO 11.º DO TUE

**Por Pietro Vittorio Barbieri**

**A adoção de um parecer sobre o diálogo civil não pode ser o fim do processo, mas é, de facto, um passo em frente fundamental, uma vez que foi elaborado a pedido da Presidência belga e pode, por conseguinte, ser acrescentado à agenda da União Europeia.**

Em vez de descrever o parecer, será mais útil compreender o processo. O diálogo civil é, antes de mais, um fórum onde os cidadãos podem debater os seus projetos e objetivos, onde as partes interessadas institucionais e não institucionais se reúnem em pé de igualdade.

No entanto, a democracia representativa deve ser protegida contra ameaças à liberdade. Há uma profunda preocupação com várias formas de populismo que estão a minar o espaço de participação cívica. É, por isso, fundamental e urgente aplicar o artigo 11.º do TUE. Quando o referido artigo foi redigido, era claro que a democracia liberal requer a participação de organismos intermediários, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil. Estes organismos transmitem os pontos de vista dos cidadãos – empresários que dirigem grandes empresas ou PME, trabalhadores, profissionais, consumidores, minorias como os migrantes, as pessoas com deficiência e os ciganos, bem como todas as pessoas envolvidas em associações europeias e internacionais de defesa dos direitos humanos. «A liberdade, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito figuram entre os valores fundamentais em que assenta a União Europeia (UE). Consagrados nos Tratados da UE, estes valores estão no cerne da identidade da União. Porém, estes mesmos valores têm estado sob grande pressão nos últimos anos. A Europa enfrentou crises sem precedentes, que amplificaram as desigualdades sociais e económicas e abalaram a confiança dos cidadãos da UE nas instituições democráticas», declarou Oliver Röpké no seu discurso inaugural. O diálogo civil é fundamental para responder a estes desafios e, como salientou o novo presidente ao falar sobre o CESE enquanto instituição da UE, as portas das instituições da UE devem estar sempre abertas para ouvir o que as pessoas têm para dizer.

O debate no grupo de estudo que elaborou o parecer sobre este tema foi um bom exemplo de diálogo civil, em que os participantes se escutam mutuamente e negociam a redação, o conteúdo e os objetivos.

Chegámos a acordo sobre algumas exigências a apresentar às instituições europeias com vista a reforçar o diálogo civil. O objetivo era alcançar um acordo interinstitucional que sirva de base para uma estratégia e um plano de ação.

Trata-se de um progresso, um passo em frente como muitos outros que o CESE tem dado desde 1999 graças a debates internos entre as entidades que representa. No entanto, este passo deve agora ser aplicado e apoiado, avançando rumo à adoção pela União Europeia.

---



## UMA PERGUNTA A...

Na nossa rubrica «Uma pergunta a...», perguntámos a Emilie Prouzet, membro do CESE e relatora do Parecer - Competitividade da UE a longo prazo: visão além de 2030, o que era necessário para assegurar a competitividade a longo prazo na UE. A adoção do parecer está prevista para a reunião plenária de março.

---



## EMILIE PROUZET: COMPETITIVIDADE A LONGO PRAZO – IDENTIFICAR OS FATORES E INTERVENIENTES QUE A INFLUENCIAM PARA TRAÇAR O CAMINHO A SEGUIR

**No último ano, a competitividade subiu na escala das prioridades da UE para a política europeia, sendo inegável a sua importância para o futuro da UE.**

A competitividade foi um dos principais temas do discurso anual sobre o estado da União proferido pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, perante o Parlamento Europeu, em setembro do ano passado. Ursula von der Leyen comprometeu-se a providenciar as medidas necessárias para defender a vantagem concorrencial da Europa.

As empresas europeias têm dificuldade em recrutar mão de obra qualificada, a regulamentação em setores fundamentais é mais rigorosa do que nos outros países concorrentes, nomeadamente nos Estados Unidos e na China, o investimento em investigação e desenvolvimento é menor e as infraestruturas físicas e digitais não favorecem o comércio nem o crescimento económico. Estes desafios são bem conhecidos e estão documentados em vários estudos.

Ursula von der Leyen incumbiu Mario Draghi, antigo presidente do Banco Central Europeu, de apresentar propostas concretas para melhorar a competitividade da UE. Esta é uma medida positiva. No entanto, boas propostas não chegam. Terá de haver também vontade política e capacidade para as pôr em prática.

A UE comprometeu-se a reforçar a sua resiliência e influência no mundo, mas tem vindo a perder a competitividade necessária para a consecução desse objetivo. Prevê-se que a quota-parte da UE na economia mundial diminua progressivamente de cerca de 15% para apenas 9% até 2050.

Por conseguinte, é imperativo melhorar a produtividade e a competitividade da UE. Para tal, a UE tem de adotar uma agenda para a competitividade que, em conformidade com os princípios do mercado

único e da economia social de mercado, seja orientada para o futuro, bem definida e coordenada e promova a prosperidade das empresas e dos trabalhadores, reforçando a sua capacidade em matéria de inovação, investimento e comércio, bem como no sentido de competir no mercado mundial em prol do bem comum e impulsionar a transição europeia para a neutralidade climática. Este aspeto é essencial não apenas para garantir a prosperidade, a inovação, o investimento, o comércio e o crescimento futuros, mas também para criar empregos de qualidade e aumentar o nível de vida.

Por estes motivos, as empresas da UE têm expectativas bem definidas em relação a este novo impulso e instam a que a competitividade seja reposicionada num contexto mais amplo da economia e da sociedade a longo prazo.

O CESE tem vindo a trabalhar na identificação dos fatores e dos intervenientes que influenciam a competitividade e a produtividade a longo prazo, os quais devem ser inseridos numa visão integrada.

Debruçámo-nos sobre os ecossistemas de competitividade, com a ambição de explicar à Comissão quais os indicadores que importa reforçar ou complementar.

Assim, uma abordagem por país na avaliação dos problemas e das respetivas soluções afigura-se um aspeto crucial que a Comissão não teve suficientemente em conta nas suas duas comunicações sobre a competitividade a longo prazo.

De modo mais geral, a Comissão elaborou uma lista de 17 indicadores de desempenho, a avaliar anualmente nas nove vertentes da competitividade identificadas. No entanto, é também necessário que os Estados-Membros respeitem plenamente esses indicadores e que a Comissão disponha dos meios adequados para os coagir a fazê-lo. É isso que solicitamos.

No que se refere aos indicadores, consideramos que os seguintes aspetos são prioritários:

1. Acesso ao financiamento, a um custo razoável, mas sem penalizar as gerações futuras.
2. No que diz respeito aos serviços públicos e às infraestruturas críticas, é necessário investir e avaliar melhor esses investimentos. Para o efeito, propomos seis parâmetros de avaliação.
3. Relativamente ao domínio da investigação e inovação, é essencial aumentar a colaboração, seja a nível público ou privado, regional ou mundial.
4. No que se refere às redes de dados e de energia, a segurança, os preços e a neutralidade climática são as palavras-chave.
5. Em relação à circularidade, já não é necessário demonstrar o papel da UE, mas importa prestar atenção ao equilíbrio concorrencial entre os operadores.
6. O quadro legislativo da UE em matéria de digitalização é precursor em vários aspetos, como a conectividade, a inteligência artificial, os dados, etc. Neste contexto, há que resolver o desafio de equilibrar os elementos humanos com as capacidades promissoras das tecnologias digitais.
7. A educação e a formação devem ser capazes de responder aos desafios demográficos e sociológicos.
8. No âmbito da autonomia estratégica e do comércio, as nossas fraquezas são as dependências. As empresas precisam de reorganização e a UE terá de proporcionar um quadro favorável para dar resposta a este desafio.

Por último, no que diz respeito ao mercado único, reiteramos firmemente que os Estados-Membros têm de cumprir as regras do acervo da UE e os princípios dos Tratados. É necessário eliminar os obstáculos e levar a cabo controlos efetivos. Tem de haver vontade política dos governos da UE para concretizarem o que negociam em Bruxelas e a Comissão deve ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar e não compartimentada, a fim de evitar mais incoerências. É disso que precisamos.

Nunca é demais lembrar.

Neste caso, contemos com Bruxelas para produzir os resultados dos controlos da competitividade e aproveitemos os polos industriais regionais para agir a nível nacional. As ferramentas estão lá, só temos de as usar.

---



## O CONVIDADO SURPRESA

**Este mês, a nossa convidada surpresa é Ana Gomes, diplomata e política portuguesa, membro do Partido Socialista, que escreve sobre o perigo do populismo, a ascensão dos partidos de extrema-direita e a necessidade de combater estes fenómenos e defender os valores europeus.**

Diplomata de carreira desde 1980, Ana Gomes exerceu vários cargos, nomeadamente na ONU, em Genebra e Nova Iorque. Entre 1999 e 2003, foi chefe da Secção de Interesses Portugueses e embaixadora em Jacarta, tendo acompanhado o processo de independência de Timor-Leste e de restabelecimento das relações diplomáticas luso-indonésias.

Deputada ao Parlamento Europeu entre 2004 e 2019, foi particularmente ativa no domínio das relações externas, dos direitos humanos, da segurança e defesa, do desenvolvimento internacional, da igualdade de género e da luta contra a evasão fiscal, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Em 2021, foi candidata às eleições presidenciais pelo Partido Socialista contra o presidente cessante, Marcelo Rebelo de Sousa, tendo ficado em segundo lugar, à frente do candidato do partido de extrema-direita, o Chega.

Atualmente prossegue o seu ativismo político na defesa dos direitos humanos, da integridade e da transparência na vida pública, bem como na luta contra a corrupção e a criminalidade organizada. Mantém um programa de comentário político semanal, *Opinião de Ana Gomes*, no canal de televisão português SIC Notícias.

---



## ANA GOMES: CRESCENDO DA EXTREMA-DIREITA NA EUROPA – CAUSAS E REMÉDIOS NECESSÁRIOS

A Europa é parte negligente e está a ficar para trás neste difícil combate. Reverter o avanço da extrema-direita é hoje uma tarefa difícil. Acreditou-se que a partir da derrota do nazi-fascismo, em 1945, os movimentos extremistas teriam perdido espaço de manobra e de influência. Não aconteceu assim. A matriz democrática permitiu à extrema-direita sobreviver e ir ganhando músculo com o ressentimento e a frustração dos povos. A extrema-direita é beneficiária de oitenta anos de tolerância e complacência das democracias liberais europeias. Simulou jogar o jogo democrático, mas nunca deixou de ambicionar destruir a democracia por dentro, logo que tenha força para tal.

E está perto de conseguir tal propósito: num quadro chamado por ela nacional-soberanista, em diversos países como a Hungria de Orbán e a Eslováquia de Fico, já captura governos, e tinha capturado a Polónia com o governo PiS (Prawo i Sprawiedliwość / Direito e Justiça) durante oito anos até às recentes eleições de outubro.

E na União Europeia, procura corroê-la e fazê-la implodir. Os desenvolvimentos nos últimos trinta anos das comunicações e tecnologias de informação, via plataformas digitais e redes sociais, fizeram aumentar drasticamente a capacidade de interação, a visibilidade e o poder dos grupos neonazis e neofascistas a nível mundial. Eles usam a liberdade de expressão das democracias como amplificador e repetidor das suas ideologias xenófobas e racistas. Concertam as estratégias, organizam em tempo real desafios à ordem cívica que os acolhe. Facto é que a democracia oferece aos movimentos que pretendem destruí-la condições objetivas favoráveis ao seu desenvolvimento e penetração social – incluindo financiamento estatal.

A extrema-direita encontrou terreno fértil para crescer na Europa, porque as políticas neoliberais e o capitalismo financeiro copiados da *Reaganomics* causaram a interrupção do ciclo de progresso e bem-estar social das classes médias – que foi a marca de água da construção europeia e do seu sucesso. O neoliberalismo desregulou e travou o desenvolvimento económico e social, reduziu rendimentos reais do trabalho a favor do capital, cortou nos apoios sociais e nos serviços públicos e deixou o setor da habitação ao sabor da especulação imobiliária. Os governos europeus ominosamente competem entre si na venda de vistos Gold a cleptocratas e oligarcas de todos os azimutes. A crise dos mercados, o dumping fiscal que torna desleal a concorrência no mercado interno e o apoio frouxo de Bruxelas e Frankfurt às PME e à proteção do emprego e do poder de compra, fizeram crescer batalhões de descontentes na Europa nos últimos quinze anos.

Um erro político trágico, responsável por quedas sucessivas de participação popular nas eleições europeias o crescimento da extrema-direita no Parlamento Europeu. O ressurgimento do ideário nazi-fascista é fruto do modelo de austeridade imposto à Europa. Protegeu-se o sistema financeiro, falhou a justiça económica e fiscal e falharam as respostas aos problemas, anseios e expectativas dos cidadãos. Deixou-se assim

ressurgir a velha propaganda dos ideários supremacistas e identitários, sempre à espreita de uma oportunidade para fazer a Humanidade regredir civilizacionalmente. Esse atizar de ódios culturais e religiosos está hoje presente nas nossas vidas, nos nossos ecrãs, nas redes sociais, na desinformação promovida minuto a minuto. Incutir o medo e a insegurança nos cidadãos, invocar o fantasma da islamização, o fim da supremacia branca ou da identidade judaico-cristã, ou diabolizar a comunidade cigana como subsídio-dependente, são truques usados historicamente na ascensão de ditadores ou líderes autoritários.

Hoje os governos europeus deixam que se acene com o «perigo da imigração», numa Europa envelhecida que precisa absolutamente de importar parte desta força de trabalho para se sustentar e crescer economicamente. Mesmo se o número de refugiados e de imigrantes que hoje entram na UE é baixo – aliás, é inferior às necessidades europeias de população e mão de obra. Mas a retórica xenófoba e racista persiste, numa Europa onde continua a faltar um quadro legal, seguro e eficaz para acolher e integrar os migrantes, em vez de continuar a engordar as máfias traficantes. Os trabalhadores migrantes foram essenciais à reconstrução da Europa no pós-guerra e na construção da UE. O contributo dos migrantes continuará a ser decisivo para o progresso da Europa nas próximas décadas. A extrema-direita sabe disso, muitos dos seus financiadores empregam migrantes nas suas indústrias e empresas.

Mas vai fazendo os seus jogos, criando temores e manipulando consciências, com a complacência de governantes nacionais e europeus fracos e vacilantes na visão estratégica, nos valores e nos princípios. A resposta dos democratas e europeístas só pode ser uma: a luta pelos nossos valores. Pela Democracia, pela Liberdade, pela Dignidade, pela Paz na Europa.

---



## UCRÂNIA, DOIS ANOS VOLVIDOS

**Pedimos a Tetyana Ogarkova, uma jornalista ucraniana que vive em Kiev, que nos enviasse uma fotografia representativa da Ucrânia de hoje, dois anos volvidos da invasão da Rússia, em 24 de fevereiro de 2022. Enviou-nos uma fotografia que tirou enquanto viajava pelo país em apoio às tropas ucranianas. Eis a fotografia que Tetyana Ogarkova quer partilhar com os nossos leitores e a história por trás dela.**

*Tetyana Ogarkova, doutorada em literatura pela Universidade Paris XII Val-de-Marne, é professora na Universidade Mohyla, em Kiev, jornalista e chefe da Unidade de Comunicação Internacional do Centro de Comunicação de Crise da Ucrânia. Vive em Kiev.*

---



© TETYANA OGARKOVA

## ERA UMA VEZ UMA CASA...

**Uma casa em ruínas, na localidade de Vremivka, perto de Nova Novosilka, o epicentro da contraofensiva ucraniana no verão de 2023.**

As aldeias da estepe ucraniana, na intersecção de três regiões (Donetsk, Danipro e Zaporíjia) e bem longe das grandes cidades, foram povoadas pelos gregos deslocados da Crimeia a partir do século XVIII. Resistiram à ofensiva russa em 2022, embora tenham sido completamente destruídas pela artilharia inimiga. Aqui, nesta localização estratégica que poderá ser a chave para libertar as margens do mar de Azov, a Ucrânia continua hoje sem recuar, dois anos após a invasão da Rússia.

## ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 6 A 9 DE JUNHO DE 2024: VOU VOTAR, VENHA TAMBÉM!

Na nossa coluna, «Vou votar, venha também!», que publicamos até junho de 2024, apresentamos os pontos de vista dos nossos convidados sobre a importância de participar nas eleições europeias. Andrej Matisák, chefe adjunto da redação dos assuntos internacionais do maior jornal diário eslovaco, *Pravda*, é o nosso convidado de hoje.





## A SAÍDA DA ESLOVÁQUIA DA UE NÃO ESTÁ NA ORDEM DO DIA. CONTUDO...

por **Andrej Matišák**

Bem-vindos à Eslováquia! Bem-vindos ao país que bate recordes europeus.

Não, não estou a falar de um número extraordinário de castelos, estâncias termais exclusivas ou montanhas de beleza ímpar. Do que eu estou a falar é dos recordes políticos da Eslováquia. Neste aspeto, infelizmente, somos os últimos na escala.

Os eslovacos votaram, pela primeira vez, nas eleições para o Parlamento Europeu em 2004. Desde então, o meu país sempre teve a taxa de participação mais baixa. Sempre.

Em 2014, a taxa de participação nas eleições foi apenas de 13,05%. Nessa altura, estava tão certo de que a afluência às urnas seria inferior a 15% que quase ponderei a hipótese de contrair um empréstimo bancário e fundar um partido. Mesmo retrospectivamente, penso que tinha a possibilidade de vir a ser deputado ao Parlamento Europeu.

Mas passemos a coisas mais sérias: que perceção têm hoje os eslovacos da União Europeia? Veem nela uma espécie de porquinho-mealheiro ao qual recorrem quando necessitam de dinheiro? Certamente que sim, mas o problema é que a Eslováquia nem sequer consegue utilizar os fundos da UE de forma eficaz. Também aqui estamos entre os piores.

A narrativa de que Bruxelas dita tudo está generalizada. Não há dúvida de que esta narrativa existe por toda a parte. No entanto, os políticos eslovacos são especialistas em exacerbá-la. Quando algo corre bem chamam a si os louros. Quando algo corre mal a culpa é de Bruxelas «que volta a falhar», e contam-se pelos dedos os políticos capazes de resistir a

esta narrativa.

No entanto, o problema pode estar também nos meios de comunicação social. A cobertura que fazem dos temas da UE é, muitas vezes, totalmente superficial. Os jornalistas evitam tocar nos assuntos da UE com o argumento de que são desinteressantes e quando o fazem focam-se principalmente em questões problemáticas, sejam elas reais ou inventadas.

Deixem-me dizer ainda algumas palavras sobre o setor empresarial. Os empresários raramente falam publicamente sobre as vantagens da UE. Também eles preferem queixar-se das ordens e dos regulamentos emanados de Bruxelas.

Todos estes fatores, no seu conjunto, levaram a que, segundo os inquéritos, os eslovacos sejam cada vez mais eurocéticos. Se acrescentarmos a isto toda a desinformação, incluindo a proveniente da Rússia, que os políticos atualmente no poder gostam de utilizar para os seus fins, acabamos com um «coquetel explosivo» de desinteresse e de cólera.

Não, a saída da Eslováquia da UE ainda não está na ordem do dia. Mas é bem possível que comecemos a ouvir mais sobre esta questão quando a Eslováquia acabar por se tornar um país que não beneficia dos fundos da UE.

Se quisermos evitar um cenário sombrio, é absolutamente indispensável que os líderes políticos na Eslováquia encarem, finalmente, a UE como um espaço essencial para o funcionamento do país e ajam em conformidade. Infelizmente, já é evidente que uma parte considerável da atual representação política eslovaca prefere lutar contra a UE para proteger os seus interesses, custe o que custar.

Por este motivo, todos os eleitores para quem a UE é importante devem partilhar os seus pontos de vista com familiares, amigos e até mesmo desconhecidos. Podemos estar a pedir muito, tanto mais que resultado é incerto. No entanto, todas as alternativas são piores.

---

## NOTÍCIAS DO CESE



### [Presidência belga do Conselho da UE solicita apoio do CESE para as suas prioridades principais](#)

**A competitividade, as PME e a inclusão social estão no cerne do programa da Presidência belga. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) formula recomendações políticas sobre a relação entre a governação económica, o crescimento inclusivo a longo prazo e a segurança sustentável, bem como sobre o poder da economia social na luta contra a pobreza e a exclusão social.**

No primeiro semestre de 2024, a Bélgica exerce a sua décima terceira Presidência do Conselho da União Europeia, cujas prioridades foram objeto de dois debates organizados pelo CESE na sua reunião plenária de janeiro.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, louvou a Presidência por ter incluído os parceiros sociais nos seus trabalhos. A Presidência belga conclui o ciclo institucional da UE, o que obriga o país a gerir os compromissos legislativos e a orientar o Conselho da UE durante a campanha eleitoral e as eleições para o Parlamento Europeu.

**David Clarinval**, vice-primeiro-ministro belga, apresentou os pontos de vista da Presidência sobre a reforma da política agrícola comum, a proteção dos trabalhadores independentes e a política industrial da UE. A Presidência solicitou ao CESE a elaboração de treze pareceres exploratórios, com os quais pretende contribuir para os debates sobre a Agenda Estratégica da UE para 2024-2029. Em abril será publicada uma

declaração interinstitucional que se centrará na futura agenda social da UE. As prioridades da Presidência incluem a transição ecológica e social para fazer face à crise climática e à perda de biodiversidade. A sua ênfase na mobilidade laboral justa e na proteção social sustentável está no cerne do diálogo dos parceiros sociais do CESE. O reforço da competitividade europeia, o apoio às PME e a promoção de uma política comercial equilibrada para a Europa Global serão domínios de interesse prioritários. (tk)



## Definir o futuro da agricultura europeia: CESE pede resiliência e sustentabilidade

**O Comité Económico e Social Europeu (CESE) está a definir uma visão para a política agrícola comum (PAC) pós-2027, de molde a assegurar a resiliência e a sustentabilidade da agricultura europeia. A pedido da Presidência belga do Conselho da UE, o CESE elaborou um parecer, adotado em janeiro, em que realça a necessidade de um quadro político estável e de longo prazo que apoie a produção alimentar sustentável, a autonomia estratégica aberta e o desenvolvimento rural.**

Composto por 94,8% de explorações familiares, o setor agrícola da UE enfrenta muitos desafios, tais como os baixos rendimentos, a diminuição do número de explorações, as dificuldades na renovação geracional e um êxodo significativo de mão de obra. Apesar de a parte do orçamento da UE destinada à PAC ter diminuído ao longo dos anos (menos de 25% em

2021), o CESE solicita que o financiamento desta política seja consentâneo com os seus objetivos de sustentabilidade. Recomenda que se passe do apoio ao rendimento de base para incentivos financeiros destinados a serviços sociais e ambientais, assegurando flexibilidade para as pequenas explorações familiares durante um período de transição.

As preocupações para assegurar um nível de vida equitativo para os agricultores da UE, exacerbadas pela inflação, pela volatilidade dos mercados da energia e pelas alterações climáticas, sublinham a necessidade de reformar a PAC. O CESE solicita que a PAC pós-2027 aborde esses desafios e se centre nas condições de trabalho dignas, promova regimes alimentares mais saudáveis, reduza o desperdício alimentar e regule os mercados alimentares. Propõe-se incluir elementos anticíclicos e apoiar a produção de energias renováveis, a fim de minimizar o impacto da escalada dos preços da energia e das perturbações do aprovisionamento. Para combater as condições climáticas extremas e capacitar os agricultores, recomenda-se o recurso a regimes de seguros em parcerias público-privadas, assim como o investimento na inovação e nas tecnologias digitais.

Tendo em vista as eleições de 2024 para o Parlamento Europeu, o CESE destaca a necessidade de definir uma PAC que satisfaça as necessidades agrícolas e societárias em transformação. Salienta a importância da participação das partes interessadas, de assegurar flexibilidade para os Estados-Membros e de simplificar os processos administrativos na conceção e adaptação dos planos estratégicos. Por último, o CESE propõe uma PAC que estabeleça um equilíbrio entre garantir a segurança alimentar, proteger o ambiente e promover o



## UE deve acelerar reformas em prol da competitividade

**A Europa está a perder terreno na corrida pela competitividade e tem de corrigir urgentemente as falhas do seu mercado único beneficiando de igual modo as empresas e os cidadãos europeus.**

Na reunião plenária do CESE de janeiro, realizou-se um debate sobre **a competitividade europeia e o futuro do mercado interno**. O [parecer](#) do CESE que esteve no centro do debate foi solicitado pela **Presidência belga** da UE, que se comprometeu a fazer uso do seu semestre para centrar a atenção na competitividade e no mercado único. O parecer contribuirá igualmente para o **relatório de alto nível de Enrico Letta sobre o futuro do mercado único**, que deverá ser apresentado no Conselho Europeu de março.

No parecer, o CESE salienta que o mercado interno deve ser capaz de superar os desafios de um mundo que é muito diferente do que era na década de 1990, aquando da sua criação. Neste contexto, a UE enfrenta múltiplas pressões: manter condições de concorrência equitativas, concedendo simultaneamente subsídios às suas indústrias para ajudar a financiar a transição ecológica; manter os postos de trabalho na Europa, assegurando também a competitividade das empresas da UE; assegurar o aprovisionamento de matérias-primas ao mesmo tempo que respeita as normas laborais e ambientais.

A relatora, **Sandra Parthie**, declarou: «O mercado único ajudou a fazer da UE um dos blocos comerciais mais poderosos do mundo, mas essa posição poderosa está prestes a desmoronar-se. O que propomos no nosso parecer é o desenvolvimento de uma política industrial europeia que não seja a soma de 27 políticas industriais nacionais, mas antes uma visão verdadeiramente europeia do nosso potencial industrial».

**Markus Beyrer**, diretor-geral da BusinessEurope, interveio no debate, afirmando: «Temos um problema de competitividade. Estamos a ficar atrás dos nossos concorrentes mundiais e o mercado único é um dos instrumentos de que dispomos para corrigir esta situação. O objetivo é criar a margem de que necessitamos para sustentar o modelo europeu tal como o conhecemos, incluindo os aspetos sociais».

**Ludovic Voet**, secretário da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), salientou que é necessário reforçar o contrato social europeu, que constitui a base do mercado único, afirmando também: «No nosso sistema concorrencial, as empresas têm de pagar salários justos e proporcionar empregos de qualidade, sem prejudicar o ambiente. A Europa não pode perder este impulso rumo a uma transição ecológica justa».

No seu parecer, o CESE propõe que a próxima Comissão nomeie um comissário para os serviços de interesse económico geral (SIEG), responsável por desenvolver SIEG seguros, de qualidade e sustentáveis num plano quinquenal. Estes serviços, que representam 25% do PIB da UE e 20% do emprego total,

abrangem setores fundamentais como os transportes, a energia, as comunicações, o acesso à água e o saneamento, mas desempenham também um papel preponderante nos cuidados de saúde e nos serviços sociais. (dm)

---



## UE deve melhorar interligação das infraestruturas energéticas de Estados-Membros vizinhos

**Os fluxos transfronteiriços de energia são fundamentais para o fornecimento de eletricidade e gás aos vários Estados-Membros da UE. É, portanto, necessário modernizar as infraestruturas energéticas, assegurando a interligação entre países vizinhos, a fim de aumentar a capacidade energética sustentável da União.**

O [parecer](#) do CESE, elaborado a pedido da Presidência belga do Conselho da UE e adotado na sua reunião plenária de 18 de janeiro de 2024, foi muito claro sobre esta questão.

A UE deve prestar especial atenção ao desenvolvimento da rede, sendo necessários investimentos avultados para estimular a economia europeia e criar empregos de elevada qualidade que respeitem o ambiente.

«O CESE entende que, para concretizar a transição ecológica e assegurar a autonomia energética estratégica, é fundamental levar a cabo uma mudança estrutural do nosso sistema energético», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, durante o debate realizado no âmbito da adoção do parecer.

A ministra da Energia da Bélgica, **Tinne Van der Straeten**, salientou que, embora na sua génese tenha constituído uma resposta aos desafios climáticos, a transição para as energias limpas tornou-se agora um imperativo económico e de segurança. E as interligações, asseverou, criam um sistema mais flexível, capaz de equilibrar as variações geográficas da produção eólica e solar.

«As ambições da Europa em matéria de energias renováveis não são acompanhadas pelos seus planos em matéria de infraestruturas, pelo que precisamos rapidamente de infraestruturas transeuropeias custo-eficazes, seguras, sustentáveis e flexíveis», afirmou. (mp)

---



## CESE insta à colaboração para aplicação eficaz do sistema de tributação da sede social na Europa

**O Comité Económico e Social Europeu (CESE) apoia a proposta da Comissão relativa à tributação da sede social para estimular o crescimento das pequenas empresas na UE. No seu parecer consultivo, o CESE defende a adoção de medidas adicionais e salienta a necessidade de reforçar a colaboração entre a Comissão, os Estados-Membros e os representantes das micro, pequenas e médias empresas (MPME), de modo a sensibilizar todas as partes e lograr uma aplicação eficaz.**

As PME, que representam a impressionante quota de 99,8% das empresas não financeiras na UE, contribuem significativamente para o emprego (66,6%) e para o valor acrescentado (56,8%). A proposta da Comissão de uma tributação da sede social, que faz parte do pacote mais vasto de medidas de auxílio às PME, visa reduzir os encargos

regulamentares e simplificar os procedimentos fiscais para estas empresas. O CESE salienta a urgência de adotar a referida proposta para impulsionar o crescimento das MPME, em particular as PME autónomas que operam além-fronteiras. A redução proposta está em consonância com o objetivo do CESE de promover um ambiente propício ao crescimento do PIB e do emprego a longo prazo.

O CESE concorda com uma incidência inicial nas MPME autónomas, mas propõe que, ao realizar a avaliação *ex post* após cinco anos, se avalie a possibilidade de alargar este sistema de tributação para incluir as filiais, reforçando a inclusividade. O CESE reconhece a complementaridade entre esta proposta e a proposta relativa à iniciativa BEFIT, mas salienta que é necessária uma atitude vigilante para evitar discrepâncias no quadro jurídico. Tendo em conta que a cooperação entre as autoridades fiscais dos Estados-Membros é crucial para o êxito do sistema de tributação da sede social, o CESE insta à colaboração, a fim de assegurar a sua correta aplicação, e exorta os Estados-Membros a adaptarem os sistemas informáticos com toda a celeridade e a sensibilizarem as MPME. (tk)

---



## Cumprimento dos compromissos em matéria de clima promove paz e segurança

**Na sua reunião plenária de janeiro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) examinou o impacto das alterações climáticas e da degradação ambiental na paz, na segurança e na defesa. O Comité considera que urge apostar na definição de respostas resilientes a estes desafios mundiais.**

O projeto da UE tem como missão fundamental a promoção e a manutenção da paz, pelo que a Europa tem de intensificar os seus esforços neste domínio.

No seu [parecer](#), o CESE salienta que a promoção da paz está indissociavelmente ligada à preservação e à promoção dos direitos fundamentais e da democracia. Defende, por conseguinte, que é imperativo intensificar os esforços no sentido de ter em conta a

correlação entre o clima e a segurança nas políticas externas da UE, nomeadamente através da criação de interfaces proativas entre as instituições responsáveis pelas relações externas, pela coesão interna da UE e pelos serviços de segurança e defesa dos Estados-Membros. A expressão «correlação entre o clima e a segurança» refere-se aos impactos das alterações climáticas e da degradação ambiental na paz, na segurança e na defesa.

«O CESE propõe igualmente medidas para prevenir eficazmente situações de crise, em particular apostando na definição de respostas resilientes, preparando processos de tomada de decisão para estes tipos de tensões futuras e, acima de tudo, estabelecendo uma verdadeira estratégia da UE neste domínio», afirmou **Ozlem Yildirim**, membro do CESE e relatora do parecer. «O cumprimento célere e efetivo dos compromissos em matéria de clima por todas as partes é também uma importante medida preventiva», sublinhou.

Na sua proposta, a Comissão Europeia tem em conta a correlação entre o clima e a segurança. O CESE considera, porém, que o documento não define claramente o perímetro geográfico, político e militar desta problemática, pois não tem em conta o seu carácter evolutivo, ao passo que tudo aponta para um agravamento da situação, que poderá causar sérias tensões entre os Estados-Membros. A problemática clima-segurança deve ser objeto de um diálogo permanente e específico entre a Comissão e os Estados-Membros. (at)

---

## Uma oportunidade para a água: Pacto Azul Europeu ganha elã antes das eleições europeias



**O apelo do Comité Económico e Social Europeu em prol de um [Pacto Azul Europeu](#) está a ganhar força junto dos decisores políticos e da sociedade civil. Este elã resulta de um reconhecimento crescente de que é urgente abordar a escassez de água e do potencial do Pacto Azul enquanto resposta abrangente para o problema.**

Um evento realizado recentemente no Comité Económico e Social Europeu (CESE) reuniu as principais partes interessadas para debater o Pacto Azul e o seu potencial para transformar as práticas de gestão da água em todo o continente, com especial destaque para as bacias hidrográficas.

«Enfrentamos uma crise hídrica sem precedentes», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpkke**. Referindo-se às próximas eleições europeias de junho, observou que a água é um tema que diz respeito a todos os europeus. «Como planeiam os decisores da UE abordar a questão da água e os desafios que se avizinham? Chegou o momento de fazer estas perguntas».

A deputada ao Parlamento Europeu **Pernille Weiss**, fazendo eco dos apelos para uma solução abrangente, defendeu a criação de um fundo específico para apoiar as empresas e as comunidades na transição para práticas sustentáveis no domínio da água. O relator especial das Nações Unidas **Pedro Arrojo-Agudo** salientou que a escassez de água e as alterações climáticas não conhecem fronteiras e instou a UE a liderar o desenvolvimento de uma solução mundial para a crise da água.

O apelo do CESE para a celebração de um Pacto Azul Europeu foi bem acolhido por um vasto leque de partes interessadas, incluindo a Compagnie Nationale du Rhône (CNR), uma empresa pública francesa que gere o rio Ródano. **Eric Divet**, diretor de Recursos Hídricos da CNR, partilhou os bons resultados da empresa em matéria de gestão sustentável da água, incluindo os esforços desenvolvidos para restaurar as zonas húmidas, melhorar a biodiversidade dos rios e adaptar-se às alterações climáticas.

A Comissão Europeia deverá divulgar a sua iniciativa sobre a resiliência hídrica nos próximos meses. O CESE está disponível para colaborar com as instituições da UE e as partes interessadas, a fim de assegurar que as suas [propostas](#) para um Pacto Azul Europeu fazem parte das prioridades da próxima Comissão Europeia.

(gb)



## Cientistas e sociedade civil reclamam dez medidas estratégicas decisivas para evitar pontos de rutura ambiental e social irreversíveis

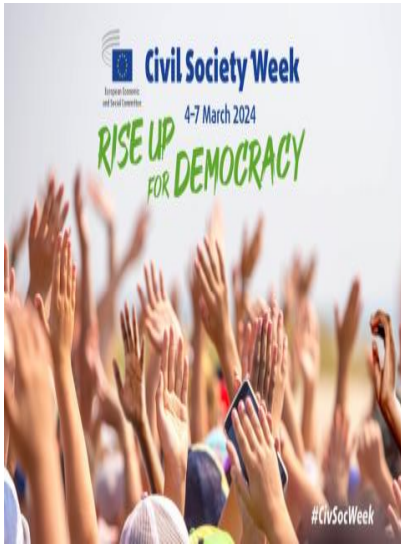
**O 5.º Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável na Europa revelou que, ao ritmo atual, a UE não conseguirá alcançar nem um terço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. O relatório, elaborado em conjunto com a sociedade civil, destaca que houve uma estagnação ou retrocesso na concretização dos objetivos ambientais e sociais em muitos países europeus, uma situação agravada pelas crises desde 2020. Os ODS abrangem domínios como a redução da pobreza, a erradicação da fome, a saúde, a educação, a igualdade de género, a ação climática e a água potável.**

Para fazer face a esta situação, foram propostas dez medidas estratégicas decisivas para evitar que se atinjam pontos de rutura ambiental e social irreversíveis. A necessidade de agir, com urgência, foi salientada durante um evento coorganizado pela Secção da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e do Ambiente (NAT) do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) das Nações Unidas. O relatório visa dar orientações à UE para reforçar a sua liderança em matéria de ODS antes das eleições europeias em junho de 2024 e da Cimeira do Futuro em setembro de 2024, convocada pelo secretário-geral das Nações Unidas.

Durante o evento, os oradores salientaram a necessidade de uma ação imediata, antes de 2030, para evitar pontos de rutura irreversíveis. **Camilla Brückner**, da PNUD, **Zakia Khattabi**, ministra federal belga do Clima, e **Petra Petan**, da Comissão Europeia, salientaram a importância de manter o empenho na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

**Guillaume Lafortune**, vice-presidente da SDSN das Nações Unidas, apresentou o relatório e as dez ações prioritárias destinadas aos grupos políticos, ao novo Parlamento Europeu e à nova Comissão Europeia, ao Conselho Europeu e aos Estados-Membros. No apelo à ação, coassinado pelo CESE e pela SDSN, instam-se os dirigentes políticos europeus a agirem em conjunto para um Pacto Europeu para o Futuro que seja ecológico, social e internacional. **Peter Schmidt**, presidente da Secção NAT do CESE, salientou que os próximos seis anos são cruciais para fazer avançar a Agenda 2030, frisando que o CESE está empenhado em levar as instituições da UE a agilizar a concretização dos ODS e a promover a participação significativa da sociedade civil. Com este apelo à ação pretende-se orientar os dirigentes políticos europeus no sentido de um acordo europeu abrangente, em consonância com os objetivos ecológicos e sociais defendidos pelo CESE. (ks)

---



© EU/EESC

## Vem aí a Semana da Sociedade Civil (#CivSocWeek) de 4 a 7 de março

Na perspetiva das eleições europeias de junho de 2024, que lançarão as bases para o futuro da Europa, o CESE, enquanto parceiro institucional da sociedade civil, subordina a sua primeira **Semana da Sociedade Civil** ao tema «**Lutar pela democracia!**»

### **Junte-se a nós!**

Neste evento reuniremos pessoas de várias idades e origens, incluindo jovens, jornalistas e representantes das instituições da UE, para participarem num debate animado sobre questões que afetam a nossa vida quotidiana e o futuro da Europa. Abordaremos os vários desafios e ameaças que se colocam aos valores democráticos e discutiremos o que a sociedade civil espera dos futuros dirigentes da Europa. As nossas propostas serão depois incorporadas na resolução do CESE sobre as eleições, bem como em propostas políticas específicas.

A Semana da Sociedade Civil (#CivSocWeek) congregará cinco grandes iniciativas do CESE:

- **Jornadas da Sociedade Civil**, um evento emblemático anual que, por um lado, destaca o vasto leque de contributos da sociedade civil organizada para a construção de uma UE mais consentânea com as expectativas dos cidadãos relativamente a questões da maior importância para as nossas sociedades democráticas. Por outro lado, procura incentivar a sociedade civil a participar mais no projeto europeu a todos os níveis.
- **[Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia](#)**, uma conferência anual de alto nível que proporciona um fórum e uma plataforma, em que os organizadores de iniciativas de cidadania europeia, registadas e futuras, e as partes interessadas podem trocar informações e experiências e dar a conhecer ao público em geral as atividades que levam a cabo nesse âmbito.
- **[A tua Europa, a tua voz](#)**, um evento dedicado aos jovens para aproximar a UE dos jovens oriundos quer dos Estados-Membros quer dos países candidatos e do Reino Unido, motivando-os a exercer o seu direito democrático de voto. Através de sessões de consulta dinâmicas, os jovens participantes terão a oportunidade de debater e colaborar para alcançarem um consenso.
- **[Prémio CESE para a Sociedade Civil](#)**, um prémio anual que recompensa projetos eficazes, criativos e inovadores lançados por organizações da sociedade civil ou por pessoas singulares. Este ano o prémio recompensa iniciativas de apoio ao bem-estar mental na Europa numa base individual ou coletiva.
- **[Seminário de Jornalistas](#)**, um evento que reúne jornalistas dos Estados-Membros para participarem em debates sobre o estado da democracia na União e as próximas eleições europeias, dando-lhes a oportunidade de conhecer, em primeira mão, o trabalho do CESE.

Junte-se a nós e deixe-se inspirar pelos nossos seminários ministrados por especialistas e pelos nossos debates políticos de alto nível. Aproveite a oportunidade para fazer ouvir a sua voz sobre temas fundamentais para o novo ciclo legislativo e para estabelecer contactos com associações da sociedade civil e agentes de mudança de toda a Europa!

**Visite a [página Web da #CivSocWeek](#) e divulgue-a!**

---



# NOTÍCIAS DOS GRUPOS



## O mercado único do futuro

**Pelo Grupo dos Empregadores do CESE**

**A harmonização e o reconhecimento mútuo das normas, conquistados com a criação do mercado único europeu, permitiram às empresas vender os seus produtos num mercado com mais de 450 milhões de pessoas. O mercado único representa 61% do comércio intra-UE das empresas e constitui a base da prosperidade económica da Europa, beneficiando assim os seus cidadãos, consumidores, trabalhadores e empresas. Segundo a Comissão Europeia, cerca de 25% do produto interno bruto da UE é gerado pelo mercado interno.**

No entanto, novas prioridades, como a transformação digital e a transição para uma economia com menor intensidade de carbono e mais sustentável, exigem novas adaptações, que se impõem também à luz da evolução quer das necessidades dos consumidores, dos trabalhadores e das empresas, quer da conjuntura geopolítica.

Para manter a sua eficácia, cabe melhorar vários domínios de intervenção do mercado único, nomeadamente a política energética e industrial europeia, a União da Energia e a União Bancária, e adotar um quadro mais favorável para as pequenas e grandes empresas. Importa também proporcionar mais apoio público ao projeto europeu, assegurar serviços públicos mais eficientes e reforçar as infraestruturas de tecnologias da informação, energia e transportes.

Uma vez que se aguarda a publicação no primeiro semestre de 2024 de dois relatórios de importância capital, elaborados sob a alçada de dois antigos primeiros-ministros italianos – Enrico Letta (sobre o futuro do mercado único) e Mario Draghi (sobre o futuro da competitividade europeia) –, o Grupo dos Empregadores do CESE resumiu no folheto «O mercado único do futuro» as suas principais mensagens para o êxito do mercado interno de amanhã.

Leia aqui a nova publicação: [europa.eu/!TVmdYg](https://europa.eu/!TVmdYg).



## As nossas prioridades para o progresso social

### **Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE**

As preocupações e o bem-estar dos cidadãos e dos trabalhadores devem estar sempre no centro do processo de decisão política. Apenas tendo em conta estes importantes fatores humanos é possível assegurar condições de vida dignas. A adoção de políticas que garantam um nível de vida mínimo para todas as pessoas reforça a confiança e promove a aceitação generalizada das medidas políticas, tanto atuais como futuras, prevenindo o descontentamento, que constitui um terreno fértil para o populismo e o extremismo de direita.

Estas preocupações são a base das [Prioridades do Grupo dos Trabalhadores para 2023-2025](#), que apresentam reivindicações claras aos futuros dirigentes da UE para que se empenhem numa agenda progressiva centrada numa dimensão mais social e humana. Após décadas de crises, cujos custos foram sistematicamente suportados pelos cidadãos e pelos trabalhadores europeus, esperamos que o debate da UE volte a incidir sobre o que realmente importa – o progresso social.

As nossas prioridades traçam a visão do Grupo dos Trabalhadores de uma Europa que não seja apenas social e sustentável, mas que também defenda o Estado de direito, os direitos humanos, a igualdade de género, a solidariedade e a diversidade. Precisamos de uma Europa que dê prioridade ao combate à desigualdade, à pobreza e à emergência climática, assegure transições ecológica e digital justas e garanta trabalho digno para todos. Essa é a melhor forma de dar mais força à nossa democracia e sociedade e a todas as pessoas que a compõem. Esperamos que esta visão possa ser concretizada.



## Instituições da UE devem aplicar urgentemente um diálogo civil estruturado, em cumprimento do artigo 11.º do Tratado da UE

### **Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE**

Em 24 de janeiro, a sociedade civil europeia enviou uma [carta aberta](#) aos presidentes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, bem como à Presidência belga do Conselho da União Europeia. Os signatários da carta instaram as três principais instituições da União Europeia (UE) envolvidas

no processo de decisão da UE a adotarem **medidas concretas para aplicar um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações da sociedade civil em todos os domínios de intervenção**, como previsto no artigo 11.º do Tratado da União Europeia.

A carta aberta foi lançada pelo [Grupo das Organizações da Sociedade Civil](#) do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e pela [Sociedade Civil Europa](#) e inclui propostas específicas de aplicação. A carta obteve o apoio de um total de **156 signatários de 26 Estados-Membros**. Os signatários incluíram 39 redes europeias, 85 organizações nacionais e 60 membros do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE.

O diálogo civil continua a ser fragmentado e não estruturado em todas as instituições da UE, apesar das disposições jurídicas. É por esta razão que os signatários da carta aberta **#EUCivilDialogueNow** apelam às instituições da UE para que:

- **iniciem o processo com vista à assinatura de um acordo interinstitucional sobre o diálogo civil;**
- **criem, em cada instituição, cargos de liderança responsáveis pelas relações com a sociedade civil;**
- **incentivem e promovam uma maior cooperação entre os agentes cívicos e sociais,**

cujos esforços devem ter por base as recomendações da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#). Como primeiro passo os signatários recomendaram a publicação de uma comunicação da Comissão Europeia sobre o reforço do diálogo civil a nível da UE.

A carta aberta está disponível em 24 línguas no seguinte endereço:

<https://www.eesc.europa.eu/pt/agenda/our-events/events/eu-civil-dialogue-now/open-letter>.

Para mais informações, consultar o comunicado de imprensa anunciando a carta aberta, disponível em 24 línguas no seguinte endereço: <https://www.eesc.europa.eu/pt/agenda/our-events/events/eu-civil-dialogue-now>.

## Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)  
Daniela Marangoni (dm)

## Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)  
Daniela Marangoni (dm)  
Daniela Vincenti (dv)  
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)  
Agata Berdys '(ab)  
Giorgia Battiato (gb)  
Jasmin Kloetzing (jk)  
Katerina Serifi (ks)  
Katharina Radler (kr)  
Laura Lui (ll)

Marco Pezzani (mp)  
Margarita Gavanas (mg)  
Margarida Reis (mr)  
Millie Tsoumani (mt)  
Pablo Ribera Paya (prp)  
Thomas Kersten (tk)

## Coordination

Agata Berdys (ab)  
Giorgia Battiato (gb)

## Endereço

European Economic and Social Committee  
Jacques Delors Building,  
99 Rue Belliard,  
B-1040 Brussels, Belgium  
Tel. (+32 2) 546.94.76  
Email: [eescinfo@eesc.europa.eu](mailto:eescinfo@eesc.europa.eu)

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages  
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the European Union or to the Committee's other publications.

Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

02/2024